



TJMA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão
PJe - Processo Judicial Eletrônico

04/11/2025

Número: **0802227-13.2022.8.10.0063**

Classe: **CARTA PRECATÓRIA CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara de Zé Doca**

Última distribuição : **19/10/2022**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Citação**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS IBAMA (DEPRECANTE)			
ELINILSON DE SOUSA SILVA (DEPRECADO)			
Juízo de Direito 1ª Vara de Zé Doca (DEPRECADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
78702476	19/10/2022 16:46	211 - INICIAL	Documento Diverso



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Carta Precatória

Código de rastreabilidade: 401202210800361

Nome original: INICIAL.pdf

Data: 07/10/2022 11:56:45

Remetente:

Bruna

SJMA - 8ª VARA

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para providências.

Assunto: CP ID 1280582786 PROC 0074408-27.2015.4.01.3700



Número do documento: 22101916454823200000073539276

<https://pje.tjma.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22101916454823200000073539276>

Assinado eletronicamente por: RUTH GOMES DE ARAUJO - 19/10/2022 16:45:48



000503

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DO MARANHÃO

EXCELENTÍSSIMO(A) SR(A) DR(A) JUIZ(A) FEDERAL 8ª VARA NO ESTADO DO MARANHÃO

PETIÇÃO PF-MA/PGF/AGU/Nº 443/2015

EXECUÇÃO FISCAL

EXEQUENTE: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

EXECUTADO: ELINILSON DE SOUSA SILVA



Vara 74408-27.2015.4.01.3700

JUIZ FEDERAL/PROCURADORIA FEDERAL

O INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS- IBAMA, entidade pública federal, criada pela Lei nº. 7.735, de fevereiro de 1989, representada nos termos da Lei nº 10.480/2002, da Portaria PGF nº. 418, de 31/03/2008, bem como pela Portaria PGF nº 262 de 26/03/2008, publicada na Seção I, do D.O.U. de 31.03.2008 e retificada em 03.04.2008, publicada na Seção I, do Diário Oficial da União, pela Procuradoria Federal no Estado do Maranhão, com endereço para fins do artigo 39, inciso I, do Código de Processo Civil, na rua Osvaldo Cruz, nº 1618, 7º andar, Setor "B", Edifício-Sede dos Órgãos Fazendários, Canto da Fabril, nesta Capital, vem, diante de Vossa Excelência, por intermédio do Procurador Federal *in fine* assinado, com supedâneo no art. 1º da Lei 6.830/80, propor a presente

EXECUÇÃO FISCAL

Em desfavor de ELINILSON DE SOUSA SILVA, inscrito no CPF/CNPJ sob o número 042.372.753-29, com sede RUA ANA JUSTINA, 642, bairro: VILA GUSMÃO, cep.:65365000, cidade: ZÉ DOCA - MA o que faz com fundamento nos argumentos a seguir aduzidos:

01.A referida parte Executada possui dívida com o IBAMA, conforme se verifica na(s) CDA('s) nº 72411, processo administrativo nº 02012.001138/2012-64, em anexo, no valor de R\$ 126.416,77 (cento e vinte e seis mil quatrocentos e dezesseis reais e setenta e sete centavos), valor este correspondente ao principal e acréscimos legais, referente à(s) Multa(s) Administrativa(s) aplicada(s) em decorrência da(s) infração(ões) às normas ambientais reguladas e fiscalizadas pela parte Exequente, conforme Auto(s) de Infração(ões) lavrados e, basicamente, com a fundamentação legal indicada na(s) própria(s) CDA('s).

02.Vale destacar que a Certidão de Dívida Ativa, título extrajudicial hábil para a presente execução, constitui instrumento certificador da inscrição de dívida referente à União, suas Autarquias e/ou Fundações Federais constantes dos registros dos órgãos competentes, consoante o estatuído na Lei 6.830/80.

03. Do *acima* exposto, depreende-se que a Certidão de Dívida Ativa deverá possuir os mesmos elementos do Termo de Inscrição (§ 5º, do art. 2º da Lei 6.830/80), o que *in casu* foi respeitado conforme pode ser facilmente comprovado no documento em anexo.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

000004

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

Certidão de inscrição em Dívida Ativa - nº: 72411		Data da Emissão: 20/05/2015	
Livro nº: 01			
Processo Administrativo nº: 02012.001138/2012-64			
Origem: Auto de Infração			
Documento de Origem: 643150/D			
Número(s) do(s) Débito(s): 4819647			
Natureza: Não Tributária			
Nome do Devedor: ELINILSON DE SOUSA SILVA		CPF/CNPJ: 042.372.753-29	
Endereço: Rua Ana Justina, 642		Complemento:	
Bairro: Vila Guimão	Município/UF: ZE DOCA/MA	CEP: 65365000	
Nome do Co-Responsável:		CPF/CNPJ:	
Endereço:		Complemento:	
Bairro:	Município/UF:	CEP:	
Crédito Inscrito			
Descrição do Auto: Ter em depósito 241,727 m³ de madeira em tora, sem licença válida para todo o tempo do armazenamento, outorgado pela autoridade competente;			
Coord. Geográficas 03° 16'25.2" S 043° 41'21.5" W			
Fundamento Legal: Art. 70 do Inciso/§ 1º com Art. 72 com Inciso/§ II, da Lei Nº 9605/98. Art. 3º do Inciso/§ II/IV, com Art. 47 com Inciso/§ 1º, do Decreto Nº 6514/2008.			
Origem: R\$ 72.518,28			
Valor Nominal: R\$ 72.518,28 (Valor original + Majoração - Minoração + Agravamento - Amortização)			
Lei 8005/90 - Crédito vencido na data de: 03/09/2013			
Juros: 0%			
R\$ 0,00		Período:	
Fundamento Legal: Art. 3º, §3º, da Lei 8.005/90; Art. 16 do Dec. Lei Nº 2.323/87.			
SELIC			
R\$ 18.325,37			
Fundamento Legal: MP 449 e Art. 37-A da Lei 10.522/2002, alterada pela Lei n. 11.941/09.			
Correção Monetária			
R\$ 0,00			
Fundamento Legal: Até 03.12.2008: Art. 3º, §1º da L. 8005/90, com as alterações da L. 8.383/91, L. 10.522/02. A partir de 04.12.2008: não se aplica.			
Multa Moratória			
R\$ 14.503,66			
Fundamento Legal: Até 03.12.2008 Art. 4º parágrafo único, "b" da L. 8005/90. A partir de 04.12.2008: Art. 61, L.9430/96, e MP 449 e Art. 37-A da Lei 10.522, alterado pela lei 11.941/09.			
Jargão Legal: 20%			
R\$ 21.069,46			
Fundamentação Legal: Para todos os débitos Art. 39, §4º, L. 4320/64 c.c Art. 2º §2º, L. 6.830/80 c.c Art. 37º-A, L. 10522/2002, incluído pela MP nº 449, de 04 de dezembro de 2008 convertida na Lei 11.941, de 27 de maio de 2009 c.c Art. 1º Dec. 1025, de 21 de outubro de 1969 c.c art. 3º decreto-Lei n. 1.569, de 8 de agosto de 1977 c.c art. 3º Decreto-Lei n. 1.645, de 11 de dezembro de 1978.			
Valor Consolidado: 126.418,77		Data da inscrição: 14/05/2015	
O crédito acima discriminado foi regularmente apurado por meio do processo administrativo supracitado e inscrito em Dívida Ativa do/da Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Repováveis - IBAMA na forma e para os fins previstos na Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, com aplicação subsidiária do Código de Processo Civil, estando sujeito aos acréscimos e consectários legais indicados acima até a sua integral quitação, do que, para constar, foi extraída a presente certidão, que vai, por mim, Procurador(a) Federal, assinado.			
Local e Data: ZE DOCA 20/05/2015			

Antônia Francisca Soares Barroso Maia
Procuradora Federal
OAB/MA1056



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

000705



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.659.166/0028-22 FILIAL	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 06/06/1989
NOME EMPRESARIAL INSTITUTO BRAS DO MEIO AMBIEN E DOS REC NAT RENOVAVEIS		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) IBAMA SUPERINT REGIONAL NO MARANHÃO		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 84.11-6-00 - Administração pública em geral		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 110-4 - AUTARQUIA FEDERAL		
LOGRADOURO AV JAYME TAVARES	NÚMERO 25	COMPLEMENTO
CEP 65.025-470	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO SAO LUIS
UF MA		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 08 de fevereiro de 2010.

